



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**RELACI - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Gestor responsável:** WELERSSON JOSÉ MERCANDELE

**Exercício:** 2020

## **1 - Introdução**

A Unidade Central de Controle Interno - UCCI da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, através do Plano Anual de Auditoria Interna para 2020 (PAAI - 2020), planejou ações de auditoria a serem executadas ao longo do exercício de 2020, tendo como objetivo a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nas áreas: Orçamentária, Contábil-Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle utilizadas foram: verificações de processos, comparações de valores, confronto de informações e averiguações diversas, que permitiram obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCCI para emissão desse relatório.

Os controles preventivos foram realizados ao tempo dos atos, procedimentos ou processos, com o objetivo de atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisaram os procedimentos a "posteriori" de sua realização, e visavam a conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da Unidade Central de Controle Interno tiveram por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as Unidades Administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

A Tabela Referencial 1 que segue elenca objetos selecionados para avaliação na UG, bem como os demais itens avaliados pelo Controle Interno.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

| <b>1. Itens abordados</b>   |  |                                      |   |  |                               |                     |
|---|--|--------------------------------------|---|--|-------------------------------|---------------------|
| <b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>  |  |                                      |   |  |                               |                     |
| Código  | Objeto/Ponto de controle   | Processos Administrativos analisados | Base legal  | Procedimento   | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada |
| 1.1.2   | Despesa - realização sem prévio empenho<br>Despesa - realização sem prévio empenho | Processos de despesas - 82 empenhos  | Lei 4.320/1964, art. 60   | Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.  | R\$ 1.428.636,70              | R\$ 1.428.636,70    |
| NOTA - Todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.                                  |  |                                      |   |  |                               |                     |
| <b>1.2. Gestão Previdenciária</b>   |  |                                      |   |  |                               |                     |
| Código  | Objeto/Ponto de controle   | Processos Administrativos analisados | Base legal  | Procedimento   | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada |
| 1.2.1   | Registro por competência - despesas previdenciárias patronais                      | Empenho nº 021                       | <ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul> | Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência. | R\$ 211.954,92                | R\$ 211.954,92      |
| NOTA - As despesas previdenciárias patronais (RGPS) foram registradas observando o regime de competência. |  |                                      |   |  |                               |                     |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |   |   |   |  |                |                |
|--|---|---|---|--|----------------|----------------|
| 1.2.2  | Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal         | Pagamentos nºs: 18, 19, 44, 45, 74, 75, 85, 115, 151, 181, 210, 237, 263, 264, 299, 300, 329, 330, 347, 371 | <ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul> | Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.                                 | R\$ 211.954,92 | R\$ 211.954,92 |
| <p><b>NOTA -</b> A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.</p> <p>No exercício sob análise, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 211.954,92 (Duzentos e onze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos). Tivemos uma servidora em Licença-Maternidade de 18/08/2020 a 15/12/2020. O salário maternidade foi pago pela Câmara na mesma data em que se pagou o salário mensal e abatido na GPS - Guia da Previdência Social na folha de competência do mês a que se referia a licença, totalizando ao longo dos 120 dias o valor de R\$ 5.887,14 (Cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e catorze centavos). O reembolso foi feito nos 120 dias do período da licença maternidade, ou seja, a Câmara efetuou o pagamento e no próprio mês lançou a informação na SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, no campo de reembolso de salário maternidade.</p> |   |   |   |  |                |                |
| 1.2.3  | Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento | Pagamentos nºs: 18, 19, 44, 45, 74, 75, 85, 115, 151, 181, 210, 237, 263, 264, 299, 300, 329, 330, 347, 371 | <ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul> | Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias. | R\$ 211.954,92 | R\$ 211.954,92 |
| <p><b>NOTA -</b> Não ocorreu em 2020 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.</p>  |   |   |   |  |                |                |
| 1.2.4  | Retenção/Repas se das   | Pagamentos nºs: 17, 46, 76, 86,   | <ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li></ul>   | Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos  | R\$ 103.892,77 | R\$ 103.892,77 |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|   |  |  |   |  |          |          |
|---|--|--|---|--|----------|----------|
|   | contribuições previdenciárias parte servidor               | 116, 152, 180, 209, 236, 262, 298, 328, 348, 372 | <ul style="list-style-type: none"><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li></ul>   | servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.   |          |          |
| <b>NOTA</b> - As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, o valor de INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 103.892,77 (Cento e três mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos). |  |  |   |  |          |          |
| 1.2.5   | Parcelamento de débitos previdenciários                    | Todos os processos                               | <ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul> | Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários:<br>a) estão sendo registrados como passivo da entidade;<br>b) estão sendo registrados como ativo a receber no <b>RPPS</b> ;<br>c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ;<br>d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ;<br>e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| <b>NOTA</b> - A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco houve parcelamento de débitos previdenciários no exercício em questão.  |  |  |   |  |          |          |
| 1.2.8   | Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e | Todos os processos                               | LRF   | Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não  | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |                         |  |  |   |  |  |
|--|-------------------------|--|--|---|--|--|
|  | Parcelamentos a Receber |  |  | adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno. |  |  |
|--|-------------------------|--|--|---|--|--|

**NOTA** - A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

**1.3. Gestão patrimonial**

| Código | Objeto/Ponto de controle   | Processos Administrativos analisados  | Base legal   | Procedimento   | Universo do Ponto de Controle  | Amostra Selecionada  |
|--------|--|---|--|--|--|--|
| 1.3.1  | Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário. | Tabelas Mensais/Anuais oriundas dos Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial | CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações. | Bens em Estoque:<br>R\$ 4.072,84<br>Bens Móveis:<br>R\$ 138.814,85<br>Bens Imóveis:<br>R\$ 0,00<br>Bens Intangíveis:<br>R\$ 0,00 | Bens em Estoque: R\$ 4.072,84<br>Bens Móveis: R\$ 138.814,85<br>Bens Imóveis: R\$ 0,00<br>Bens Intangíveis: R\$ 0,00 |

**NOTA** - As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciações realizadas.

|       |  |   |                          |  |  |   |
|-------|--|---|--------------------------|--|--|---|
| 1.3.2 | Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle | Tabelas mensais provenientes do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial | Lei 4.320/1964, art. 94. | Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração. | Bens Móveis:<br>R\$ 138.814,85<br>Bens Imóveis:<br>R\$ 0,00<br>Bens Intangíveis:<br>R\$ 0,00 | Bens Móveis: R\$ 138.814,85<br>Bens Imóveis: R\$ 0,00<br>Bens Intangíveis: R\$ 0,00 |
|-------|--|---|--------------------------|--|--|---|

**NOTA** - A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na Estrutura Administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |   |  |  |   |   |   |
|--|---|--|--|---|---|---|
| 1.3.3  | Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação | Registro dos Repasses de R\$ 153.791,08 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88. | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.  | R\$ 1.845.492,96                              | R\$ 1.845.492,96                              |
| <b>NOTA</b> - As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 606,10 (Seiscentos e seis reais e dez centavos). |   |  |  |   |   |   |
| 1.3.4  | Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação | Registro dos Repasses de R\$ 153.791,08 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários | Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.                           | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.                                      | R\$ 1.845.492,96                              | R\$ 1.845.492,96                              |
| <b>NOTA</b> - As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.   |   |  |  |   |   |   |
| 1.3.7  | Obrigações contraídas no último ano de mandato      | Todos os 82 empenhos   | LC 101/2000, art. 42.                                    | Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa. | <b>82 empenhos</b><br><b>R\$ 1.428.636,70</b> | <b>82 empenhos</b><br><b>R\$ 1.428.636,70</b> |
| <b>NOTA</b> - O titular do Poder não contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas dentro dele.  |   |  |  |   |   |   |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**  
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

| 1.4. Limites constitucionais e legais  |  |   |                             |   |                               |                      |
|--|--|---|-----------------------------|---|-------------------------------|----------------------|
| Código   | Objeto/Ponto de controle   | Processos Administrativos analisados  | Base legal                  | Procedimento  | Universo do Ponto de Controle | Amostra Seleccionada |
| 1.4.6  | Despesas com pessoal - abrangência                                 | Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs.  | LC 101/2000, art. 18.       | Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. | R\$ 1.225.646,59              | R\$ 1.225.646,59     |
| <b>NOTA</b> - Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.  |  |   |                             |   |                               |                      |
| 1.4.7  | Despesas com pessoal - limite                                      | Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município | LC 101/2000, arts. 19 e 20. | Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.   | R\$ 1.225.646,59              | R\$ 1.225.646,59     |
| <b>NOTA</b> - Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% (seis por cento) do total da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município. Assim, o valor apurado de R\$ 1.225.646,59 (Um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando a 3,31% (três inteiros e trinta e um centésimos) de uma Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 37.036.631,61 (Trinta e sete milhões e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos). |  |   |                             |   |                               |                      |
| 1.4.8  | Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato | Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita                               | LC 101/2000, art. 21.       | Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.   | R\$ 1.225.646,59              | R\$ 1.225.646,59     |



## CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

### PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|   |   |   |   |   |                  |                  |
|---|---|---|---|---|------------------|------------------|
|   |   | Corrente Líquida do Município   |   |   |                  |                  |
| <b>NOTA</b> - NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.  |   |   |   |   |                  |                  |
| 1.4.9   | Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato | Folhas de Pagamento Mensais e outros processos internos                                 | LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.                  | Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.  | R\$ 1.225.646,59 | R\$ 1.225.646,59 |
| <b>NOTA</b> - Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.   |   |   |   |   |                  |                  |
| 1.4.10  | Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações   | Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município | LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.                  | Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas. | R\$ 1.225.646,59 | R\$ 1.225.646,59 |
| <b>NOTA</b> - As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.225.646,59 (Um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% de 6% de R\$ 37.036.631,61 = R\$ 2.111.088,00 - Dois milhões, cento e onze mil e oitenta e oito reais). |   |   |   |   |                  |                  |
| 1.4.11  | Despesas com pessoal - extração do limite - providências/medidas de contenção                       | Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município | LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º. | Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.  | R\$ 1.225.646,59 | R\$ 1.225.646,59 |





**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**NOTA** - As Despesas Totais com Pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 2.222.197,90 (Dois milhões, duzentos e vinte e dois mil e cento e noventa e sete reais e noventa centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 3,31% (três inteiros e trinta e um centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem de Alerta, nem Prudencial, nem Máximo estabelecidos pela LRF para Despesas com Pessoal, no Poder Legislativo, portanto, não sendo necessárias medidas de contenção.

|        |   |   |                          |  |                  |                  |
|--------|---|---|--------------------------|--|------------------|------------------|
| 1.4.12 | Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO | Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município | CRFB/88, art. 169, § 1º. | Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:<br>I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;<br>II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. | R\$ 1.225.646,59 | R\$ 1.225.646,59 |
|--------|---|---|--------------------------|--|------------------|------------------|

**NOTA** - NÃO houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

|        |  |  |                             |  |                  |                  |
|--------|--|--|-----------------------------|--|------------------|------------------|
| 1.4.13 | Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento | Folhas de Pagamento Mensais Empenhos de nºs: 13 a 20; 27; 29; 35, 36, 39, 40, 58, 61 a 63, 66 a 69, 74 a 82. | CRFB/88, art. 29 - A, § 1º. | Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício. | R\$ 1.013.691,67 | R\$ 1.013.691,67 |
|--------|--|--|-----------------------------|--|------------------|------------------|



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**NOTA** - O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 1.013.691,67 (Um milhão e treze mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício - R\$ 1.845.492,96 (Um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), ficando em 54,92% (cinquenta e quatro inteiros e noventa e dois centésimos).

Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 1.787.507,65 (Um milhão, setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos e sete reais e sessenta e cinco centavos), os R\$ 1.013.691,67 (Um milhão e treze mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) gastos com Folhas de Pagamento representariam 56,71% (cinquenta e seis inteiros e setenta e um centésimos), ou seja, mesmo assim o Art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.

|        |  |   |                              |  |                |                |
|--------|--|---|------------------------------|--|----------------|----------------|
| 1.4.17 | Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação | Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016 e Empenho 13. | CRFB/88, art. 29, inciso VI. | Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra. | R\$ 591.452,50 | R\$ 591.452,50 |
|--------|--|---|------------------------------|--|----------------|----------------|

**NOTA** - A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016. Houve atualização do valor dos subsídios por meio de reposição concedida em maio de 2019, por meio da Lei nº 904/2019, no percentual de 7,7% (Sete inteiros e sete décimos).

|        |  |   |                              |   |                |                |
|--------|--|---|------------------------------|---|----------------|----------------|
| 1.4.18 | Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento | Empenho 13. Pagamentos de nºs: 1, 34, 67, 103, 135, 163, 195, 221, 250, 281, 312, 349 | CRFB/88, art. 29, inciso VI. | Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88. | R\$ 591.452,50 | R\$ 591.452,50 |
|--------|--|---|------------------------------|---|----------------|----------------|

**NOTA** - Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado. Não houve reposição salarial em 2020.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|        |   |   |                               |  |                |                |
|--------|---|---|-------------------------------|--|----------------|----------------|
| 1.4.19 | Despesas com pessoal - remuneração vereadores | Empenho 13. Pagamentos de nºs: 1, 34, 67, 103, 135, 163, 195, 221, 250, 281, 312, 349 | CRFB/88, art. 29, inciso VII. | Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município. | R\$ 591.452,50 | R\$ 591.452,50 |
|--------|---|---|-------------------------------|--|----------------|----------------|

**NOTA** - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 591.452,50 (Quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município, apurada em R\$ 37.036.631,61 (Trinta e sete milhões e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) conforme informado pelo Poder Executivo, para o exercício de 2020, representando apenas 1,60% (Um inteiro e sessenta centésimos) daquele valor.

|        |   |                      |                       |   |                  |                  |
|--------|---|----------------------|-----------------------|---|------------------|------------------|
| 1.4.20 | Poder Legislativo Municipal - despesa total | Empenhos de 01 a 82. | CRFB/88, art. 29 - A. | Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. | R\$ 1.428.636,70 | R\$ 1.428.636,70 |
|--------|---|----------------------|-----------------------|---|------------------|------------------|

**NOTA** - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ R\$ 1.428.636,70 (Um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos).



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

| 1.5. Demais atos de gestão  |  |  |  |  |   |  |
|---|--|--|--|--|---|--|
| Código  | Objeto/Ponto de controle   | Processos Administrativos analisados   | Base legal   | Procedimento   | Universo do Ponto de Controle   | Amostra Selecionada  |
| 1.5.1   | Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE | Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III, Item 2.4 | IN regulamentadora da remessa de prestação de contas | Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas. | Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Diretores das Câmaras Municipais | Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2020 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretores das Câmaras Municipais |
| <b>NOTA:</b> Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo III, alínea "D", da IN 43/2020, regulamentadora da remessa de prestação de contas anual.   |  |  |  |  |   |  |
| 1.5.2   | Segregação de funções  | Processos Administrativos e Contábeis  | CRFB/88, art. 37.                                    | Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.         | Processos Administrativos e Contábeis   | Processos Administrativos e Contábeis  |
| <b>NOTA -</b> Este princípio é atendido nas atividades de autorização, execução e controle. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades, buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal. |  |  |  |  |   |  |
|   |  |  |  |  |   |  |
| <b>2. Itens de abordagem complementar</b>   |  |  |  |  |   |  |
| <b>2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>  |  |  |  |  |   |  |
| Código  | Objeto/Ponto de controle   | Processos Administrativos analisados   | Base legal   | Procedimento   | Universo do Ponto de Controle   | Amostra Selecionada  |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |   |                                       |                             |   |                  |                  |
|--|---|---------------------------------------|-----------------------------|---|------------------|------------------|
| 2.2.8  | Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário-financeiro. | Processos Administrativos e Contábeis | LC 101/2000, art. 16.       | Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO. | R\$ 1.428.636,70 | R\$ 1.428.636,70 |
| <b>NOTA - Não houve criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa.</b> |   |                                       |                             |   |                  |                  |
| 2.2.9  | Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.                    | Processos Administrativos e Contábeis | LC 101/2000, art. 17, § 3º. | Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguin-  | R\$ 1.428.636,70 | R\$ 1.428.636,70 |





## CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

### PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|   |                                  |   |                       |  |  |   |
|---|----------------------------------|---|-----------------------|--|--|---|
|   |                                  |   |                       | tes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.     |  |   |
| <b>NOTA</b> - Não houve criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado. |                                  |   |                       |  |  |   |
| 2.2.10  | Execução de programas e projetos | <u>Orçamento inicial:</u><br>Programa: 001<br>Manutenção das Atividades Legislativas<br><u>Projetos/Atividades:</u><br>1.001 - Aquisição de Imóvel e Construção da sede<br>R\$ 11.307,10<br>1.002 - Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos Permanentes<br>R\$ 120.000,00<br>2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas<br>R\$ 1.624.700,55<br>2.002 - Treinamento e Capacitação de Vereadores | CRFB/88, art. 167, I. | Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual. | Projetos:<br>R\$ 131.307,10<br><br>Atividades:<br>R\$ 1.656.200,55<br><br>Total:<br>R\$ 1.787.507,65 | Total dos Programas e Projetos/Atividades<br><br>R\$ 1.787.507,65 |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|   |   |   |  |   |   |   |
|---|---|---|--|---|---|---|
|   |   | dores e Servidores do Legislativo<br>R\$ 18.000,00<br>2.003 - Contribuição para Associação de Câmaras Municipais do ES - ASCAMES<br>R\$ 13.500,00 |  |   |   |   |
| <b>NOTA</b> - Não ocorreu em 2020, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA).   |   |   |  |   |   |   |
| 2.2.11  | Execução de despesas - créditos orçamentários               | Orçamento para 2020:<br>R\$ 1.787.507,65  | CRFB/88, art. 167, II.                                       | Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.                      | Recebido de duodécimos:<br>R\$ 1.845.492,96   | Recebido de duodécimos<br>R\$ 1.845.492,96  |
| <b>NOTA</b> - NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 1.787.507,65 (Um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sete reais e sessenta e cinco centavos) orçado inicialmente, o valor financeiro de R\$ 1.845.492,96 (Um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos) devidamente atualizado após o início do exercício financeiro de 2020. |   |   |  |   |   |   |
| 2.2.13  | Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura | Decretos nºs: 01013/2020, 01083/2020, 01237/2020 - Suplementação/anulação de dotação interna. 01095/2020 - Anulação p/ su-                        | CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64. | Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. | Total:<br>R\$ 125.014,69<br>R\$ 42.014,69 Por Anulação p/ suplem. de outra UG)<br><br>R\$ 83.000,00 (Por anulação de dotação interna) | Total:<br>R\$ 125.014,69<br>R\$ 42.014,69 Por Anulação p/ suplem. de outra UG)<br><br>R\$ 83.000,00 (Por anulação de dotação interna) |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |  |  |  |  |                  |                  |
|--|--|--|--|--|------------------|------------------|
|  |  | plem. de outra UG                      |  |  |                  |                  |
| <b>NOTA</b> - Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a Inciso III</i> , Art. 4º, da Lei Municipal 930/2019, de 18 de dezembro de 2019, que “ <i>Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2020</i> ”. |  |  |  |  |                  |                  |
| 2.2.18   | Realização de investimentos plurianuais                      | Todos os 82 empenhos                   | CRFB/88, art. 167, § 1º.   | Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.               | R\$ 1.428.636,70 | R\$ 1.428.636,70 |
| <b>NOTA</b> - Não ocorreu no exercício em questão.   |  |  |  |  |                  |                  |
| 2.2.24   | Escrituração e consolidação das contas públicas              | Sistema Informatizado de Contabilidade | LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16 | Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. | R\$ 1.845.492,96 | R\$ 1.845.492,96 |
| <b>NOTA</b> - A consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.   |  |  |  |  |                  |                  |
| 2.2.28   | Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades | Todos os 384 pagamentos                | Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.                               | Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.  | R\$ 1.428.636,70 | R\$ 1.428.636,70 |
| <b>NOTA</b> - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades.   |  |  |  |  |                  |                  |
| 2.2.29   | Déficit orçamentário - medidas de contenção                  | Liquidações das Folhas de Paga-        | LC 101/2000, art. 9º.  | Avaliar se foram expedidos atos de   | R\$ 422.239,17   | R\$ 422.239,17   |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|   |  |   |   |  |  |  |
|---|--|---|---|--|--|--|
|   |  | mento Mensais de Servidores, observando os 70% previstos de acordo com os repasses de duodécimos. |   | limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro. | (Somente servidores)<br><br>R\$ 591.452,50<br>(Vereadores) | (Somente servidores)<br><br>R\$ 591.452,50<br>(Vereadores) |
| <b>NOTA</b> - Oficialmente, NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, uma vez que os limites legais estavam longe de serem atingidos, mas, o gestor manteve medidas de contenção de despesas iniciadas em 2017, com relação aos Gastos com Folha de Pagamento a fim de evitar déficit orçamentário e financeiro no exercício. |  |   |   |  |  |  |
| 2.2.30  | Despesa - realização de despesas - irregularidades | Todos os 82 empenhos  | LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º. | Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.                 | R\$ 1.428.636,70   | R\$ 1.428.636,70   |
| <b>NOTA</b> - NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Todos os processos administrativos/contábeis passaram pelo crivo do Presidente, que pôde acompanhar de perto a realização das despesas.     |  |   |   |  |  |  |
| 2.2.31  | Despesa - liquidação                               | Todos os 82 empenhos  | Lei 4.320/1964, art. 63.                          | Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.                      | R\$ 1.428.636,70   | R\$ 1.428.636,70   |
| <b>NOTA</b> - Os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.  |  |   |   |  |  |  |
| 2.2.32  | Pagamento de despesas sem regular liquidação       | Todos os 82 empenhos  | Lei 4.320/1964, art. 62                           | Avaliar se houve pagamento de despesa  | R\$ 1.428.636,70   | R\$ 1.428.636,70   |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |  |  |  |                                |  |  |
|--|--|--|--|--------------------------------|--|--|
|  |  |  |  | sem sua regular<br>liquidação. |  |  |
|--|--|--|--|--------------------------------|--|--|

**NOTA** - Para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.

|        |                                |                      |  |  |          |          |
|--------|--------------------------------|----------------------|--|--|----------|----------|
| 2.2.33 | Despesa - desvio de finalidade | Todos os 82 empenhos | LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único. | Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|--------|--------------------------------|----------------------|--|--|----------|----------|

**NOTA** - As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000 não se aplicam ao Poder Legislativo.

|        |   |                      |                        |   |                          |              |
|--------|---|----------------------|------------------------|---|--------------------------|--------------|
| 2.2.34 | Despesa - auxílios, contribuições e subvenções. | Todos os 82 empenhos | Legislação específica. | Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica. | R\$ 2.084,00<br>Ascamves | R\$ 2.084,00 |
|--------|---|----------------------|------------------------|---|--------------------------|--------------|

**NOTA:** A única contribuição realizada pela Câmara estava prevista na LDO, na LOA e em lei específica. Foi paga durante 2 (dois) meses.

|        |                             |                      |                          |   |          |          |
|--------|-----------------------------|----------------------|--------------------------|---|----------|----------|
| 2.2.35 | Despesa - subvenção social. | Todos os 82 empenhos | Lei 4.320/1964, art. 16. | Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|--------|-----------------------------|----------------------|--------------------------|---|----------|----------|

**NOTA:** Não ocorreu no período em questão.

**2.3. Gestão patrimonial**

| Código | Objeto/Ponto de controle | Processos Administrativos analisados | Base legal | Procedimento | Universo do Ponto de Controle | Amostra Seleccionada |
|--------|--------------------------|--------------------------------------|------------|--------------|-------------------------------|----------------------|
|--------|--------------------------|--------------------------------------|------------|--------------|-------------------------------|----------------------|





**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|       |   |                   |    |  |  |          |          |
|-------|---|-------------------|----|--|--|----------|----------|
| 2.3.1 | Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais | Todos os empenhos | 82 | CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03. | Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|-------|---|-------------------|----|--|--|----------|----------|

**NOTA:** Não ocorreu no período em questão.

|       |  |                   |    |  |   |          |          |
|-------|--|-------------------|----|--|---|----------|----------|
| 2.3.2 | Dívida pública - precatórios - pagamento | Todos os empenhos | 82 | CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67. | Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|-------|--|-------------------|----|--|---|----------|----------|

**NOTA:** Não ocorreu no período em questão.

|       |                          |                   |    |  |  |          |          |
|-------|--------------------------|-------------------|----|--|--|----------|----------|
| 2.3.5 | Cancelamento de passivos | Todos os empenhos | 82 | CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16. | Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|-------|--------------------------|-------------------|----|--|--|----------|----------|

**NOTA -** Não houve cancelamento de passivos em 2020 sem comprovação do fato motivador.

**2.4. Limites constitucionais e legais.**

| Código | Objeto/Ponto de controle                | Processos Administrativos analisados | Base legal                  | Procedimento  | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada |
|--------|---|--------------------------------------|-----------------------------|---|-------------------------------|---------------------|
| 2.4.1  | Transferências voluntárias - exigências | Processos contábeis de 2020.         | LC 101/2000, art. 25, § 1º. | Avaliar se houve realização de transferências voluntárias <b>para outro Ente da Federação</b> e, no caso de ocorrência, se as | R\$ 0,00                      | R\$ 0,00            |

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  | disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas. |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|

**NOTA:** NÃO realizamos transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

|       |  |   |  |   |   |   |
|-------|--|---|--|---|---|---|
| 2.4.3 | Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente | Todos os processos administrativos de 2020 da Câmara Municipal. | Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I. | Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de <b>2001</b> , excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício. | - | - |
|-------|--|---|--|---|---|---|

**NOTA:** NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

**2.5. Gestão Previdenciária**

| Código | Objeto/Ponto de controle                                       | Processos Administrativos analisados                                 | Base legal   | Procedimento  | Universo do Ponto de Controle | Amostra Selecionada                   |
|--------|--|--|--|---|-------------------------------|---------------------------------------|
| 2.5.1  | Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias. | Empenhos:<br>- 001 e 023 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP | LC 116/2003 (ISS), art. 6º Decreto Federal nº 3.000/1999 (IR). | Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições so- | Empenhos 001 e 023:           | Valores Base IR: Ágape: R\$ 10.693,33 |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |  |  |   |  |   |                             |
|--|--|--|---|--|---|-----------------------------|
|  |  |  | Lei 8.212/1991 (Seguridade Social).<br>Lei Local. | ciais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública. | - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP | Valor retido:<br>R\$ 160,40 |
|--|--|--|---|--|---|-----------------------------|

**NOTA** - As retenções na fonte e o recolhimento dos impostos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.

|       |   |                       |  |  |          |          |
|-------|---|-----------------------|--|--|----------|----------|
| 2.5.2 | Base de cálculo de contribuições - RPPS | Sem dados a verificar | CF/88, art. 40.<br>LRF, art. 69.<br>Lei 9717/1998 art. 1º. | Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|-------|---|-----------------------|--|--|----------|----------|

**NOTA** - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social. As contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.

|       |   |   |  |   |   |   |
|-------|---|---|--|---|---|---|
| 2.5.4 | Alíquota de contribuição - Recolhimento | Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal (21%)</u> :<br>Pagamentos nºs: 18, 19, 44, 45, 74, 75, 85, 115, 151, 181, 210, 237, 263, 264, 299, 300, 329, 330, 347, 371<br><u>Parte dos Segurados</u> (Variável, | CF/88, art. 40.<br>LRF, art. 69 (RPPS).<br>Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS) | Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação. | Patronal:<br>R\$ 211.954,92<br><br>Segurados:<br>R\$ 103.892,77 | Patronal:<br>R\$ 211.954,92<br><br>Segurados:<br>R\$ 103.892,77 |
|-------|---|---|--|---|---|---|



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|   |   |   |   |   |                       |                       |
|---|---|---|---|---|-----------------------|-----------------------|
|   |   | de acordo com a faixa salarial):<br>Pagamentos<br>nºs: 17, 46, 76, 86, 116, 152, 180, 209, 236, 262, 298, 328, 348, 372 |   |   |                       |                       |
| <b>NOTA</b> - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos às alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.                             |   |   |   |   |                       |                       |
| 2.5.5   | Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias       | -   | CF/88, art. 40.<br>LRF, art. 69.<br>Lei 9717/1998 art. 1º.  | Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> , nas unidades gestoras. | Sem dados a verificar | Sem dados a verificar |
| <b>NOTA</b> - As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias mensais ao Instituto Nacional do Seguro Social encontram-se devidamente arquivadas nesta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> . |   |   |   |   |                       |                       |
| 2.5.7   | Servidores cedidos  | -   | CF/88, art. 40.<br>LRF, art. 69.<br>Lei 9717/1998 art. 1º.<br>ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III. | Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.  | Sem dados a verificar | Sem dados a verificar |
| <b>NOTA</b> - A Câmara não cedeu nenhum servidor a outro órgão e o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.   |   |   |   |   |                       |                       |
| 2.5.10  | Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal | -   | CF/88, art. 40.<br>LRF, art. 69.<br>Lei 9717/1998 art. 1º.<br>ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.        | Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.                                   | Sem dados a verificar | Sem dados a verificar |

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES****PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**NOTA** - Não ocorreu no período em questão.

|        |                |   |  |   |                       |                       |
|--------|----------------|---|--|---|-----------------------|-----------------------|
| 2.5.26 | Censo Atuarial | - | Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12. | Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada. | Sem dados a verificar | Sem dados a verificar |
|--------|----------------|---|--|---|-----------------------|-----------------------|

**NOTA:** A nível de Câmara, não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.

|        |                       |   |  |   |                       |                       |
|--------|-----------------------|---|--|---|-----------------------|-----------------------|
| 2.5.37 | Registro de Admissões | Pastas funcionais dos 6 servidores efetivos da CM | CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016 | Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro. | 6 servidores efetivos | 6 servidores efetivos |
|--------|-----------------------|---|--|---|-----------------------|-----------------------|

**NOTA:** Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público realizado em 2006 foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Não foi realizado outro concurso depois de 2006.**2.6. Demais atos de gestão**

| Código | Objeto/Ponto de controle                           | Processos Administrativos analisados               | Base legal                  | Procedimento   | Universo do Ponto de Controle   | Amostra Selecionada  |
|--------|--|--|-----------------------------|--|---|--|
| 2.6.1  | Pessoal - função de confiança e cargos em comissão | Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro de 2020. | CRFB/88, art. 37, inciso V. | Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às | Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das | Resolução 02/2011 alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e |





**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |  |   |                                 |  |   |   |
|--|--|---|---------------------------------|--|---|---|
|  |  |   |                                 | atribuições de direção, chefia e assessoramento.   | Comissões e Controlador Geral Interno (função de confiança)   | Controlador Geral Interno (função de confiança)   |
| <b>OTA -</b> Em 2020, os cargos em comissão eram os de Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar e Assessor das Comissões. O Cargo de Controlador Geral Interno (função de confiança) é exercido por servidora ocupante de cargo efetivo. |  |   |                                 |  |   |   |
| 2.6.2  | Pessoal - função de confiança e cargos em comissão | Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2020. | Legislação específica do órgão. | Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada. | Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno | Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões e Controlador Geral Interno |
| <b>NOTA -</b> A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.  |  |   |                                 |  |   |   |
| 2.6.3  | Pessoal - contratação por tempo determinado        | -   | CRFB/88, art. 37, inciso IX.    | Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.    | R\$ 0,00  | R\$ 0,00  |
| <b>NOTA -</b> NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2020.  |  |   |                                 |  |   |   |
| 2.6.4  | Pessoal - teto                                     | Folhas de Pagamento de                          | CRFB/88, art. 37, inciso XI.    | Avaliar se o teto remuneratório dos servidores pú-   | R\$ 1.013.691,67  | R\$ 1.013.691,67  |



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

|  |  |                                   |  |   |  |  |
|--|--|-----------------------------------|--|---|--|--|
|  |  | Janeiro a<br>Dezembro de<br>2020. |  | blicos vinculados ao órgão<br>obedeceu ao disposto no<br>artigo 37, inciso XI, da<br>CRFB/88. |  |  |
|--|--|-----------------------------------|--|---|--|--|

**NOTA** - O teto remuneratório (subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 14.000,00) dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

|       |   |   |                          |  |                  |                  |
|-------|---|---|--------------------------|--|------------------|------------------|
| 2.6.5 | Realização de despesas<br>sem previsão em lei<br>específica | Folhas de Paga-<br>mento de Janei-<br>ro a Dezembro<br>de 2020. | CRFB/88, art. 37, caput. | Avaliar se houve paga-<br>mento de despesas com<br>subsídios, vencimentos,<br>vantagens pecuniárias e<br>jetons não autorizados por<br>lei específica. | R\$ 1.013.691,67 | R\$ 1.013.691,67 |
|-------|---|---|--------------------------|--|------------------|------------------|

**NOTA** - NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias não autorizadas por lei específica.

|       |  |   |                                     |  |  |  |
|-------|--|---|-------------------------------------|--|--|--|
| 2.6.6 | Dispensa e inexigibili-<br>dade de licitação | Empenhos de 01<br>a 82, exceto os<br>de vencimentos<br>e vantagens fi-<br>xas, obrigações<br>patronais e os<br>provenientes de<br>processos com<br>emprego de lici-<br>tação. | Lei 8.666/93, arts. 24, 25<br>e 26. | Avaliar se as contratações<br>por dispensa ou inexi-<br>gibilidade de licitação<br>observaram as disposi-<br>ções contidas nos artigos<br>24 a 26 da Lei de<br>Licitações. | Dispensa de<br>Licitação:<br>R\$ 78.407,39 | Dispensa de<br>Licitação:<br>R\$ 78.407,39 |
|-------|--|---|-------------------------------------|--|--|--|

**NOTA** - As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2020 observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

**2 - Análises/verificações e outros procedimentos realizados**

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Além dos acompanhamentos com relação aos pontos de controle acima mencionados, foram realizadas análises específicas também sobre os assuntos que seguem abaixo listados:

- Relatório de Ação de Auditoria 01/2020 - Verificação de dados e informações para composição da Prestação de Contas Anual - referente exercício de 2019
- Relatório de Ação de Auditoria 02/2020 - Verificação dos Contratos e Aditivos da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 03/2020 - Verificação de atividades realizadas pelo Departamento Contábil/Financeiro - Tesouraria da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 04/2020 - Verificação de atividades realizadas pelo Departamento Contábil da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 05/2020 - Limites com Folha de Pagamento e Despesas com Pessoal - conforme Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 06/2020 - Gestão Previdenciária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 07/2020 - Cumprimento do teto remuneratório disposto no Art. 37, XI, da Constituição Federal/1988, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 08/2020 - Exercício dos Cargos Comissionados e Funções de Confiança da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 09/2020 - Obediência aos limites estipulados pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Matriz de Planejamento

Trimestralmente, a Controladoria faz inspeção nos processos internos, emite relatório de análise e encaminha à apreciação do Presidente da Câmara, protocola na Secretaria Geral da Câmara, sendo posteriormente arquivado nas dependências, com publicação no site oficial da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço <https://cmlaranjadaterra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58>. A Controladoria também faz, anualmente, um Relatório de Controle Interno, contemplando atividades realizadas durante os períodos apurados.

Os Relatórios de Gestão Fiscal, além de publicados no Portal da Transparência e no Átrio do Poder Legislativo, também foram publicados no Diário da AMUNES.

Por meio da CI 16/2019 - CONTROLE INTERNO e CI 02/2020, a Controladoria alertou o Presidente sobre a dificuldade de realizar as auditorias previstas no PAAI, uma vez que a Câmara Municipal não possui em sua Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES** **PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Cargo de Auditor, o que dificultaria a realização das referidas atividades. Assim, desde aquele momento, foi sugerido que a dificuldade apontada fosse sanada.

Não escrevemos aqui neste relatório, de forma individual, sobre cada um dos processos administrativos/contábeis realizados ao longo do ano, mas, frisamos que todos foram objeto de conferência pelos servidores do quadro administrativo, em conjunto com o Presidente da Casa. Preocupamo-nos principalmente quanto ao reforço na verificação de processos que ensejavam acompanhamento mais sucinto.

Não foram realizados processos licitatórios ao longo do exercício. Os contratos realizados pela Câmara foram condizentes com os preços praticados no mercado referente aquisição de bens ou serviços e foram controlados pelos Fiscais de Contratos correspondentes. Os processos estão instruídos com os documentos necessários.

Quanto aos registros contábeis, as informações provenientes do setor são precisas. Notamos apenas alguns erros de digitação nos históricos, mas, nada que comprometa o resultado final ou prejudique ao erário.

### **CONCLUSÃO**

Conforme abordagem no relatório, não foram detectados problemas que comprometessem as informações prestadas e causadores de danos ao erário. Nos momentos em que ocorreram situações divergentes do ideal, podemos apresentar como justificativas o despreparo de alguns servidores e descompromisso de outros.

Outros fatores que interferiram negativamente foram a falta de espaço físico apropriado para comportar adequadamente todos os servidores (não temos sede própria e, o pavimento que utilizamos não tem estrutura preparada especificamente para os trabalhos de uma Câmara). Temos bons equipamentos de informática, mas, os sistemas de gestão pública ainda não estão integrados 100%. O modo como é composto o grupo de trabalho também reflete no resultado, principalmente se há falta de comunicação efetiva entre os servidores, divisão inadequada das tarefas, desmotivação e falta de valorização do trabalho realizado, entre outros.

Além disso, é preciso aprimorar constantemente o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, pois isso, além de tornar o atendimento às demandas muito mais eficiente, pode garantir inteligência para a tomada de decisões e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.

Algumas situações dependem indiretamente dos atos de gestão, sendo desejável a superação das metas previstas. Para complicar, tivemos ainda de conviver com a pandemia do Coronavírus, que derrubou a economia global em 2020 e exigiu que criássemos outras formas para realização dos trabalhos internos, já que havia a necessidade de isolamento social para conter seu avanço.

Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução entendemos estar dentro da normalidade.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a Câmara Municipal de Laranja da Terra cumprido sua missão institucional no período sob análise.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável foi objeto de busca constante em 2020.

**3 - Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG.**

Não ocorreu a instauração de Tomadas de Contas Especiais no exercício em questão.

Laranja da Terra, 08 de março de 2021.

**VERUSKA PEDRO**

Controladora Geral Interna